

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Desde que iniciou funções, há um ano, o presidente angolano, João Lourenço, tem beneficiado do novo clima de otimismo reinante nos mercados e do interesse renovado dos investidores nesta importante economia africana assente na produção de petróleo. No entanto, são cada vez maiores os indícios que apontam para o fim do ‘estado de graça’ do novo governo, com os investidores a mostrarem-se novamente apreensivos com a corrupção estatal enraizada e a persistente debilidade da economia.

João Lourenço empreendeu uma propalada campanha anticorrupção e tem desenvolvido esforços para pôr fim ao monopólio nas várias indústrias, iniciativas que gozam de uma grande aceitação popular. Até ao momento, porém, todos os casos de suborno visados pelo atual governo tiveram motivações políticas, o que tem permitido ao novo presidente calar vozes críticas e delimitar o seu novo território político.

Com efeito, o elogiado posicionamento anticorrupção adotado pelo presidente João Lourenço é muito mais indiciador de um esforço concertado para desmantelar a influência do seu antecessor e consolidar um poder absoluto sobre as instituições políticas de Angola do que uma tentativa para encetar reformas profundas. Tal continua a ser evidente no setor petrolífero, domínio em que o seu governo tem hesitado em levar a cabo reformas necessárias. O clientelismo instalado e a procura de rendas monopolistas mantêm-se ativos no seio da petrolífera, favorecendo o desvio de fundos ao mais alto nível da administração.

João Lourenço nomeou igualmente figuras proeminentes, cuja reputação ficou manchada por acusações de corrupção e má gestão durante o anterior regime, para importantes cargos governamentais. As acusações contra o antigo vice-presidente Manuel Vicente, o atual homem-forte do banco central de Angola e da Sonangol, poderão ser reinstituídas com a entrada em funções de um novo governo em Portugal ou se o sentimento político nos EUA tomar um rumo distinto.

Entretanto, por detrás das recentes revogações de contratos para a realização de grandes projetos de infraestruturas, oficialmente aclamadas como fazendo parte de um esforço de transparência, estará, provavelmente, o desejo de obter novas fontes de rendimento junto de investidores estrangeiros que colaborem nos projetos em causa. O investimento em ‘Elefantes brancos’, como é o caso do novo aeroporto de Angola, está a prejudicar a imagem de Lourenço como um político reformador e transparente.

Embora as perspetivas económicas sejam ligeiramente mais favoráveis do que eram há um ano, o novo executivo pretende obter mais alguns milhares de milhões junto de bancos chineses para financiar a expansão de infraestruturas e reequilibrar as finanças públicas em dificuldades. Precisamente agora que as preocupações com a sustentabilidade da dívida angolana começavam a atenuar-se, o governo volta a comprometer-se com uma dívida imensa à China. Isto é um mau prenúncio no tocante ao reembolso dos pagamentos em atraso a fornecedores estrangeiros e até quanto à capacidade de Angola para pagar os juros referentes à sua última emissão de títulos da dívida em “eurobonds”.

O aumento dos preços dos produtos alimentares, as greves frequentes e os cortes no setor público estão a desencadear a contestação e a aumentar o risco de tumultos nas cidades angolanas. Se o governo de Lourenço tardar em comprometer-se com uma reforma profunda do setor petrolífero e com uma gestão orçamental prudente e não abraçar ativamente iniciativas de transparência, as perspetivas de investimento para Angola

deverão deteriorar-se consideravelmente, à medida que os investidores forem perdendo a confiança nas capacidades de João Lourenço para administrar a economia.

INTRODUÇÃO

AValiação da GOVERNAÇÃO DE JOÃO LOURENÇO APÓS UM ANO DE MANDATO

A 23 de agosto, o presidente angolano, João Lourenço, assinala um ano de governação desde a sua vitória nas eleições legislativas de 2017, que o consagraram como o sucessor do dirigente de longa data, José Eduardo dos Santos. Desde então, Angola tem vindo a adaptar-se à transição política mais importante da sua história desde a década de 1970.

A plataforma de anticorrupção e liberalização da economia criada pelo novo governo, e que goza de uma forte aceitação popular, tem visado o enfraquecimento dos interesses políticos e económicos da família dos Santos. O novo governo tem igualmente envidado esforços no sentido de reatar uma aproximação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, o que, embora configure uma ameaça direta para a rede clientelista instalada em redor da família de José Eduardo dos Santos, aumentaria a confiança dos investidores e a classificação da dívida soberana do país.

Quando tomou posse, em setembro de 2017, o Presidente Lourenço tinha pela frente a tarefa de revitalizar um país que registara progressos assinaláveis desde o final da guerra civil, em 2002, mas ficara muito aquém do seu potencial de desenvolvimento económico. No cerne de tudo isto estava o estado de corrupção sistémica que afetou a prosperidade do país. Assim, o objetivo primordial de Lourenço continua a ser a erradicação da corrupção e o restabelecimento da soberania institucional. De igual importância é a criação da estabilidade macroeconómica – por meio da consolidação orçamental, sustentabilidade da dívida, reforma cambial, diversificação económica e reforma do setor petrolífero, entre outras questões cruciais – depois de anos de incerteza económica.

As iniciativas tomadas pelo presidente Lourenço, nos últimos meses, no sentido de uma reforma política e económica suscitaram um sentimento de otimismo na comunidade internacional na expectativa de uma inversão da situação de Angola. Tal ficou sobretudo patente – e, provavelmente, mais consequente – no comunicado do subdiretor-geral do FMI, Tao Zhang, a 18 de abril. Em declarações proferidas após a divulgação do relatório consultivo do mês de março elaborado pela organização, o responsável do FMI destacou as medidas importantes tomadas pelo presidente Lourenço para melhorar a governação e restaurar a estabilidade macroeconómica.

O relatório oferece uma descrição equilibrada da atuação de Lourenço durante o primeiro ano do seu mandato, centrando-se nos esforços realizados pelo seu governo para melhorar a consolidação orçamental, a gestão da dívida e a reforma monetária, assim como a promoção da privatização e da diversificação para áreas não ligadas ao petróleo. Alguns progressos alcançados por via da mediatizada campanha de combate à corrupção levada a cabo pelo seu governo são igualmente destacados.

No entanto, o relatório também sublinha os limites do espírito anticorrupção que anima este governo, os inquéritos a casos de suborno movidas por razões políticas e a possibilidade de ocorrência de novas situações de corrupção

face às tentativas do governo para obter novos financiamentos para um amplo programa de construção de infraestruturas. Outras causas de preocupação são a ausência de uma reforma política e a relutância em proceder a uma reestruturação eficaz do gigantesco setor petrolífero, um sinal da persistência da debilidade da economia angolana e de um risco elevado em termos de reputação para os investidores. De acordo com o relatório, o otimismo inicial e o período de ‘estado de graça’ do novo governo angolano desvaneceram-se, existindo ainda entraves sérios à recuperação económica de Angola.

O DESEMPENHO DE LOURENÇO NA PRESIDÊNCIA

No plano económico, as alternativas de políticas propostas pelo presidente Lourenço podem ser inferidas do projeto de orçamento para 2018/2019 e dos três pilares em que assenta a política económica do seu governo: a Política de Estabilização Macroeconómica, o Programa de Melhorias Sociais e o Novo Modelo de Desenvolvimento para 2018-22. Por seu turno, a cruzada anticorrupção e as exonerações com ela relacionadas que tem sancionado desde que assumiu o poder não deixam dúvidas quanto aos seus objetivos no plano político.

CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL

O governo tem dado prioridade à redução do défice orçamental, apesar do receio de protestos.

No que diz respeito ao fisco, as metas difíceis de alcançar incluem a redução do défice orçamental de 7 por cento para 3,5 por cento do PIB e uma diminuição do rácio da dívida pública em relação ao PIB, dos atuais 64 por cento para menos de 60 por cento. Pretende-se que o alargamento da base de tributação, no plano interno, e as entradas de fundos externos sejam os impulsionadores da redução do défice, estando previsto para breve o lançamento do primeiro elemento da abordagem fiscal – nomeadamente, o imposto sobre transportadoras.

O aumento da taxa do IVA no curto a médio prazo está igualmente contemplado no pacote de reformas fiscais, cuja introdução está iminente. Ao mesmo tempo, são esperados influxos de receitas provenientes do setor petrolífero, à custa da recuperação dos preços dos produtos de base que se verifica atualmente – em contraste com a capacidade de produção ao nível interno, que continua relativamente baixa. O empenho na consolidação é necessário e recomendável, constituindo pelo menos uma alteração em relação à imprudência fiscal que caracterizou o regime de José Eduardo dos Santos; no contexto atual, porém, os mecanismos selecionados para o efeito apresentam alguns riscos políticos e económicos.

Como mencionado anteriormente, a abordagem fiscal coincide com um período de inflação elevada – situando-se nos 24,75 por cento, segundo o FMI. Desse modo, novos impactos no rendimento disponível dos consumidores podem conduzir a um exacerbamento das reivindicações com eles relacionadas e a um provável aumento de descontentamento. Aliás, a paralisação nacional dos professores, a 10 de abril, em protesto contra as condições salariais, veio sublinhar o potencial efeito destabilizador da abordagem fiscal. O protesto dos professores foi resolvido ao longo da semana de 30 de abril graças a um acordo, cujos termos não foram divulgados, assinado entre o sindicato dos professores e possibilitado pelo sentimento de boa vontade concedido ao governo liderado por João Lourenço. Todavia, a redução do rendimento disponível em virtude das alterações iminentes ao regime fiscal poderão levar à erosão dessa boa vontade.

A Focus Economics prevê um crescimento para a economia angolana de 1,9 por cento este ano e de 2,3 por cento, em 2019. No entanto, é pouco provável que as repercussões positivas desta recuperação económica prevista sejam visíveis daqui a um ano, em especial devido a uma inflação mais elevada e às restrições impostas à despesa pública. Em determinados setores, continuam a ser visíveis os indicadores de que a economia vive uma fase de estagnação. Refira-se, a título de exemplo, que o tráfego de carga no Porto do Lobito registou uma queda de 26 por cento, no segundo trimestre deste ano, situando-se nas 378 mil toneladas, enquanto o fluxo de contentores registou uma quebra de 12, 7 por cento. Como consequência, as perspetivas económicas mantêm-se frágeis e a recuperação, pelo

menos por enquanto, é ainda tímida. Isto representa um risco acrescido de mais agitação social e violência nas principais cidades.

Existe, em especial, uma preocupação crescente quanto ao possível impacto de ações laborais na recuperação económica de Angola. Ao longo dos últimos meses, os setores público e privado tem sido afetados por várias greves. Os professores do ensino geral efetuaram, recentemente, uma paralisação de 18 dias para exigirem a satisfação de um caderno reivindicativo apresentado ao Ministério da Educação. Em maio e junho, foi a vez de os oficiais de justiça angolanos organizarem uma greve para reivindicar aumentos salariais e a melhoria das condições de trabalho. Ainda em maio, o Sindicato dos Oficiais de Justiça de Angola (SOJA) convocou uma greve nacional em protesto contra o incumprimento do caderno reivindicativo. Em Junho, o Sindicato dos Técnicos de Enfermagem de Luanda (Sintenfli) convocou uma greve para reivindicar o pagamento de salários e melhores condições de trabalho. Segundo os serviços de informações locais, são esperadas novas ações laborais nos próximos meses, à medida que se for sentindo o impacto da subida da inflação e das novas restrições à despesa pública.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

O governo procura baixar o peso da dívida pública e dar prioridade à regularização de avultados pagamentos em atraso.

Por outro lado, a redução do peso da dívida pública deverá assentar na consolidação, na privatização de empresas estatais, na regularização de 5 mil milhões de dólares de pagamentos em atraso a fornecedores e na renegociação do endividamento a longo prazo com os principais credores.

Em causa estão sobretudo interesses chineses, brasileiros e russos, cuja dívida conjunta soma já um total de 24,5 mil milhões de dólares, de acordo com o prospeto de emissão de títulos da dívida soberana angolana sob a forma de “eurobonds”, em abril. Se for bem-sucedida, a renegociação da dívida e o escalonamento da sua liquidação que lhe está associado poderão redistribuir os custos com o serviço da dívida – que ascendem a, aproximadamente, 5 por cento do PIB. Acima de tudo, poderia ser uma forma de libertar fundos para serem reafectados a setores não petrolíferos que têm crescido a um ritmo mais lento.

REFORMA MONETÁRIA

A baixa da paridade cambial artificial envolve riscos inflacionistas a curto prazo através do aumento dos preços das importações e custos com o serviço da dívida denominada em dólares norte-americanos proporcionalmente mais elevados.

É no setor monetário da economia que o governo liderado por João Lourenço tem feito progressos mais significativos. Em 2018, num importante sinal aos mercados sobre as suas intenções, o governo desvalorizou a moeda local, o kwanza (AOA), por duas vezes em relação ao dólar norte-americano. Desde então, porém, a estratégia de estabilização monetária tem produzido o efeito oposto. Após um leilão de divisas, em Agosto, a moeda angolana acumulou uma depreciação de 40,9 por cento face ao euro desde a introdução do regime de taxa de câmbio flutuante, em janeiro deste ano. Desde o início de 2018, a moeda angolana sofreu uma depreciação de 38 por cento face ao dólar norte-americano.

A baixa da paridade cambial artificial envolve, no entanto, riscos inflacionistas a curto prazo através do aumento dos preços das importações e custos com o serviço da dívida denominada em dólares norte-americanos proporcionalmente mais elevados. Dito isto, se acompanhada dos devidos ajustes a médio e a longo prazo, a medida deverá ser um bom prenúncio para a procura internacional por ativos denominados em kwanzas, atualmente modesta, em particular num quadro de incentivo à diversificação.

PETRÓLEO, PRIVATIZAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO

O programa de privatizações previsto dificilmente se estenderá ao setor do petróleo, limitando, assim, o sucesso dos esforços de diversificação económica e contribuindo para que a economia angolana continue a ser estruturalmente débil.

Embora as supracitadas iniciativas tomadas no setor monetário não sejam de menor importância, os temas centrais do regime de João Lourenço têm sido a diversificação económica, a reforma do setor petrolífero e a liberalização. Não é surpreendente, tendo em conta o grau de dependência de Angola em relação ao petróleo e o panorama instável do setor petrolífero nacional, aliados ao efeito de *crowding-out* do Estado.

Por um lado, de acordo com dados do Banco Mundial, o petróleo representa, aproximadamente, 30 por cento do PIB de Angola e mais de 95 por cento das suas exportações. O país encontra-se, assim, cada vez mais exposto às flutuações desse volátil produto de base, como atesta o impacto negativo da queda do preço do petróleo, em 2014, que reduziu o PIB nacional de uma média de 10,3 por cento, ao longo de um período de dez anos, para 1,5 por cento, desde 2015.

Os males que afetam o setor petrolífero angolano têm sido agravados por fatores internos. Segundo a S&P Global Platts, questões técnicas e operacionais associadas à Sonangol, o conglomerado petrolífero estatal, têm contribuído para uma diminuição da produção em cerca de 250 mil barris por dia (bpd), nos últimos dois anos. Surgiram também notícias que dão conta de situações de incumprimento por parte da Sonangol em, pelo menos, 32 pedidos de aumento de capital (*cash calls*), em 2017 e em 2018, registando uma dívida acumulada de 1,09 mil milhões de dólares norte-americanos. A Agência Internacional de Energia já alertou para o facto de que, sem a descoberta de novas jazidas e o investimento que lhes está associado, a maturidade iminente dos campos marítimos de Angola poderá levar a uma diminuição da produção em 370 mil bpd em seis anos, relativamente aos atuais 1574 milhões de bpd. Naturalmente, os custos decorrentes de semelhante cenário tornam a necessidade de reformas ainda mais imperiosa.

Para tal, o governo anunciou, no prospeto de emissão obrigacionista referido atrás, a sua intenção de privatizar mais de 70 empresas estatais, entre elas a TAAG, a companhia aérea nacional, o BCI (Banco de Comércio e Indústria) e a ENSA, a seguradora estatal. Estamos perante um inegável empenhamento na liberalização e, o que é crucial, um afastamento da linha marxista historicamente seguida pelo governo, em parte responsável pelo desempenho abaixo do esperado.

O governo estabeleceu ainda como prioridade o crescimento de setores como a exploração diamantífera, as pescas e a agricultura enquanto potenciais substitutos do petróleo, tendo, simultaneamente, revogado uma cláusula de proteção dos investimentos que exigia que, pelo menos 35 por cento do capital próprio fosse detido por acionistas locais.

Esta última decisão, em particular, deverá contribuir para melhorar o ambiente de negócios em Angola, classificada como a oitava economia, entre 190 avaliadas, com o ambiente regulatório mais difícil, no índice *Doing Business* 2017 do Grupo Banco Mundial. Dito isto, não obstante os fluxos de investimento esperados, o grau de deficiências estruturais em cada um destes setores indica que apenas a longo prazo poderão constituir substitutos eficazes.

O COMBATE À CORRUPÇÃO E O APELO AO FMI

Não obstante o lançamento de uma popular campanha anticorrupção, que impulsionou os mercados e serenou as relações com o FMI, a luta contra o suborno deverá restringir-se à investigação de alguns casos de grande visibilidade.

A adoção das estratégias económicas anteriormente referidas tem coincidido – e sido complementada – no plano político com uma vaga de substituições de titulares de cargos públicos, num esforço manifesto para melhorar a governação empresarial e pôr travão à influência de “parasitas políticos”.

Em meados de abril, na que pode ser considerada a mais explícita afirmação da sua intenção de proceder a reformas internas, no plano político e económico, o governo do presidente Lourenço solicitou, voluntariamente, ao FMI a adesão a um programa de apoio não financeiro através do seu Instrumento de Coordenação de Políticas. No âmbito deste pedido, uma missão daquela organização deslocar-se-á ao país para analisar questões como a reforma fiscal e cambial e auxiliar na aplicação das medidas destinadas à diversificação da economia do país, sem prejuízo para as consultas em curso com a União Europeia e a CNUCED.

Como seria de esperar, estas medidas proactivas têm constituído um estímulo para os mercados, como se verifica pela captação de 9 mil milhões de dólares na emissão inaugural de 3 mil milhões de dólares em títulos de dívida pública em “eurobonds” a 30 anos, em finais de abril. Adicionalmente, de acordo com o índice Bloomberg de títulos soberanos, os títulos de dívida soberana de Angola em “eurobonds” que vencem em 2025 foram considerados como os que apresentam o melhor desempenho face aos títulos representativos da dívida das economias emergentes em 2018, com um retorno de 2 por cento desde o início do ano e uma diminuição da rendibilidade em 179 pontos base desde abril de 2017.

No seu mais recente relatório Perspetivas da Economia Mundial, o FMI reviu em alta o crescimento económico de Angola, subindo em 0,2 por cento as suas previsões para 2018, com base na retoma dos preços do petróleo e na concretização das reformas previstas. Além disso, não obstante ter descido o *rating* da dívida soberana de Angola de B2 para B3, a 26 de abril, a Moody’s mudou a perspetiva de evolução do país de negativa para estável, salientando, simultaneamente, que não espera que o país venha a encontrar-se numa situação de incumprimento da obrigação de reembolso. No seu conjunto, estes desenvolvimentos constituem uma garantia clara para o mercado e reforçam o sentimento de otimismo político relativamente às perspetivas políticas e à trajetória de Angola sob a presidência de João Lourenço.

OS OBSTÁCULOS

O primeiro ano de governo do novo executivo fica marcado pelos esforços reduzidos em prol da diversificação de uma economia dependente do petróleo e pela recusa em alargar o âmbito da sua campanha anticorrupção.

Como sucede frequentemente nas histórias de aparentes transformações profundas, as advertências importantes ou obstáculos são, muitas vezes, ofuscados pela euforia. No caso de Angola, e apesar de algumas preocupações flagrantes, o governo liderado pelo presidente Lourenço terá ainda de fazer progressos significativos no sentido de uma reforma de um setor tão fundamental como é o do petróleo e ir além do afastamento da anterior presidente do conselho de administração, Isabel dos Santos.

Os interesses petrolíferos estatais também não figuram na já referida lista de 70 empresas públicas que poderão ser privatizadas. Esta falta de progresso no que diz respeito à reforma do setor em que os principais agentes do poder do Estado angolano têm grandes interesses é o primeiro de vários obstáculos com que se depara o regime de João Lourenço e enfatiza o caráter viscoso do cenário político e os potenciais impedimentos que poderá colocar à reforma económica.

Além disso, e mau grado os louvores iniciais, a cruzada contra a corrupção empreendida pelo presidente Lourenço tem vindo a ser alvo de críticas cada vez mais fortes, tanto no que diz respeito aos indivíduos visados como no que se refere aos novos nomeados. Mais especificamente, a perseguição exclusiva movida contra figuras alinhadas com José Eduardo dos Santos e as escolhas aparentemente inadequadas para cargos cruciais. Refira-se, a título de exemplo, a promoção do presidente do Tribunal Constitucional, Manuel Miguel da Costa Aragão, ao posto de major-general e a nomeação do general Hélder Pitta Grós, ainda no ativo, para o cargo de procurador-geral da República.

Outro caso que deslustrou a pretensa reforma política do presidente João Lourenço foi o do julgamento dos jornalistas de investigação Rafael Marques de Morais e Mariano Brás, acusados de crimes contra o Estado, na sequência da denúncia de diversos casos de corrupção ocorridos durante o anterior regime, e que, ironicamente, estão na base da ação punitiva atualmente empreendida pelo presidente Lourenço.

Daqui resultou, subseqüentemente, uma série de comparações com uma miríade de líderes africanos, entre eles John Magufuli, presidente da Tanzânia, que enganou os mercados e interesses políticos anunciando, logo no início do seu mandato, um programa de reformas apenas para conseguir margem de manobra suficiente para consolidar o poder e tornar a instituir uma economia planificada.

PERSPETIVAS POLÍTICAS

A consolidação orçamental e a reforma monetária continuarão a representar as prioridades principais do governo na sua tentativa para atrair investimento estrangeiro. Todavia, as reformas reduzidas no setor petrolífero e as linhas orientadoras do combate à corrupção continuarão a bloquear a estratégia de diversificação da economia e privatização adotada pelo governo.

O governo de João Lourenço deverá prosseguir com a consolidação orçamental e reforma monetária, sendo a supervisão do FMI a prova concludente do seu compromisso. A adoção de medidas fiscais impopulares, prevista para breve, poderá instigar a ocorrência, no curto prazo, de protestos relacionados com questões salariais e agravar a possibilidade de instabilidade social. Tal, porém, poderá ser contrabalançado pelo atual clima de boa vontade e pelo crescimento e receitas esperados.

As iniciativas destinadas a diversificar a economia e a concretizar as privatizações também deverão ser continuadas, ainda que de forma ponderada. As empresas não petrolíferas paraestatais menos estratégicas serão, provavelmente, as primeiras a serem privatizadas, podendo verificar-se um adiamento da reestruturação das empresas de maior importância estratégica devido a interesses políticos. Apesar da revogação da legislação sobre as sociedades por ações, a preponderância dos interesses políticos poderá comprometer o investimento direto estrangeiro em setores considerados substitutos viáveis para o petróleo e a iniciativa global de diversificação.

A existência de obstáculos políticos semelhantes leva a prever um atraso nas reformas no setor do petróleo. Assim, é provável que a emissão de licenças preferenciais para a prospeção petrolífera a interesses privados preceda todos os processos formais de reestruturação, o que reduz as possibilidades de um aumento de receitas devido a fatores internos e deixa entrever que as receitas do petróleo continuarão dependentes – e vulneráveis a – de flutuações exógenas.

Prevê-se, contudo, que, no curto a médio prazo, o atual posicionamento anticorrupção e a orientação política do FMI continue a alimentar o otimismo dos mercados em relação a Angola, tal como ficou patente pelo seu desempenho na emissão de títulos de dívida em “eurobonds”, pela revisão das previsões de crescimento e perspectiva de evolução estável apresentada pela Moody’s. No entanto, as perceções positivas poderão sofrer alterações a longo prazo devido a nomeações questionáveis, ao tratamento dado ao processo contra os jornalistas e às reformas no setor petrolífero.

Finalmente, embora seja difícil descartar a comparação com o presidente Magufuli, a retórica e o alcance das reformas empreendidas pelo presidente Lourenço – independentemente das suas lacunas – sugerem que ele poderá estar a seguir a via discricionária aparentemente adotada pelo seu homólogo do Zimbabué, Emmerson Mnangagwa. Se o presidente João Lourenço tender, de facto, para o autoritarismo e para a instituição de uma economia planificada, o rápido agravamento das dificuldades económicas de Angola e o espetro do fortalecimento da UNITA, partido da oposição, antes do teste crucial que serão as eleições autárquicas de 2020 poderão forçá-lo a empreender as reformas necessárias.

O FIM DO ‘ESTADO DE GRAÇA’? CORRUPÇÃO AO MAIS ALTO NÍVEL E UMA ECONOMIA DÉBIL

ENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO NOS INQUÉRITOS SOBRE CORRUPÇÃO

O presidente Lourenço reintegrou o antigo vice-presidente Manuel Vicente, que, apesar do seu extenso currículo na área governativa, continua enredado em alegações de corrupção ao mais alto nível, nos EUA e em Portugal.

Embora as perspetivas políticas e económicas para Angola sejam equilibradas, vários acontecimentos são fundamentais para uma avaliação do primeiro ano de governação do presidente João Lourenço. Um aspeto central é a decisão presidencial de reintegrar o antigo vice-presidente Manuel Vicente.

O presidente João Lourenço cooptou muitos antigos apoiantes de JE dos Santos, nomeando-os para o Conselho da República. Entre os nomeados estão Albina Assis Africano, antiga presidente do conselho de administração da Sonangol, e José Maria Botelho de Vasconcelos, antigo ministro dos Petróleos. Os deputados mais antigos e alguns dirigentes do MPLA assumem-se agora como vozes abertamente críticas de José Eduardo dos Santos e do seu legado.

O antigo presidente da Sonangol EP, Manuel Vicente, que exerceu o cargo de vice-presidente durante a presidência de José Eduardo dos Santos, ressurgiu entretanto como um dos conselheiros mais próximos de Lourenço para assuntos de petróleo e gás e questões económicas. Carlos Saturnino, atual presidente da Sonangol, e José de Lima Massano, o novo governador do Banco Nacional de Angola são ambos próximos de Vicente. Todavia, o regresso deste último ao topo da política angolana está a criar tensão nas relações com Portugal, país onde está indiciado por ter corrompido um procurador da República portuguesa a quem fora distribuída a investigação de crimes de branqueamento de capitais cometidos quando Vicente presidia à Sonangol. O antigo vice-presidente angolano é também associado à investigação conduzida nos EUA à empresa norte-americana Cobalt International Energy por suspeitas de corrupção.

Em fevereiro de 2017, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) arquivou a investigação à Cobalt International Energy e à sua associada, a Nazaki Oil & Gás, realizada ao abrigo do Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). Em janeiro de 2015, foi a vez da US Securities and Exchange Commission (SEC), o regulador norte-americano dos mercados financeiros, arquivar o inquérito que decorria paralelamente, tendo confirmado, em janeiro de 2018, que não seriam aplicadas quaisquer medidas coercivas no seguimento de um “inquérito informal” conduzido em 2017.

Em 2012, Manuel Vicente e o general Manuel Hélder Vieira Dias Júnior (“Kopelipa”) admitiram ao *Financial Times* que detinham participações ocultas na Nazaki Oil & Gás, através do Gruppo Aquattro. O general Leopoldino Frago do Nascimento (“Dino”) era igualmente suspeito de ter uma participação. Na sequência de uma vaga de publicidade negativa e de alegações de corrupção, a Cobalt deixou Angola depois de vender novamente à Sonangol os 40 por cento de capital que detinha nos Blocos de águas profundas 20/11 (Orca / Zalophus / Golfinho) e 21/09 (Cameia / Mavinga / Bicular) por 500 milhões de dólares norte-americanos, em dezembro de 2017.

A Sonangol colocou a concurso (a 20 Abril de 2018) a exploração destes blocos. O prazo de aceitação de propostas termina no final de setembro. Embora o processo contra Vicente esteja praticamente arquivado, o caso dos Panama Papers, em abril de 2016, e dos Paradise Papers, em outubro de 2017, vieram reacender o interesse dos jornalistas, que levantaram dúvidas sobre a relação entre a Cobalt e a Whitton Petroleum Services, sediada nas Bahamas (a Cobalt fazia pagamentos trimestrais à Whitton em troca de serviços de consultoria, *“equivalentes a um montante de 2,5 por cento do preço de mercado da participação da empresa na produção de petróleo bruto no trimestre em causa”*).

A identidade dos beneficiários efetivos da Whitton Petroleum Services não é clara, tal como permanece desconhecida a natureza exata dos serviços de consultoria prestados à Cobalt. Um jornalista de investigação em Luanda refere: *“É pouco provável que os credores resultantes da falência da Cobalt International Energy, em dezembro de 2017, consigam localizar esses beneficiários efetivos [da Whitton], no entanto, se forem tornadas públicas informações sobre esta empresa, os beneficiários efetivos arriscam a reabertura dos inquéritos conduzidos pelo DoJ ou pela SEC.”*

As autoridades portuguesas arquivaram um extenso processo de corrupção envolvendo o Banco Espírito Santo, a Portmill e a Operação Fizz para evitar o agravamento das tensões entre Portugal e Angola, mas a investigação poderá ser retomada se a situação política em Portugal se alterar.

A 9 de maio de 2018, o Tribunal da Relação de Lisboa cedeu à pressão exercida por Angola e deferiu o pedido de transferência para a justiça angolana do processo em que Vicente é suspeito de corrupção, falsificação de documentos e branqueamento de capitais. O caso começou a ser julgado em Portugal, a 22 de janeiro. O juiz desembargador Cláudio Ximenes chamou a atenção para as repercussões que o caso estava a ter nas relações entre Angola e Portugal, declarando esperar que esta transferência pudesse contribuir para *“afastar qualquer possível clima de desconfiança ou desconsideração entre sistemas jurídicos de Estados soberanos e cooperantes.”*

Vicente estava acusado de ter pagado 760 mil euros ao antigo procurador do DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal), Orlando Figueira, em 2011, para que este arquivasse um inquérito por branqueamento de capitais em que era suspeito e que estava relacionada com a sua aquisição, em 2007, de uma propriedade de luxo avaliada em 4 milhões de euros, situada no Estoril. A investigação estava relacionada com a falência do banco português, Banco Espírito Santo, em agosto de 2014, e com o inquérito posteriormente conduzido pelas autoridades portuguesas ao papel do seu subsidiário angolano, Banco Espírito Santo de Angola (BESA). Vicente estava ligado ao BESA e ao crédito malparado desta instituição através das suas *holdings* na Portmill Investimentos e Telecomunicações. Tal como na Nazaki Oil & Gás, a Portmill estava igualmente ligada aos generais Kopelipa e Dino.

Também este caso se encontra praticamente arquivado. É altamente improvável que Vicente venha a ser acusado em Angola, graças ao estatuto de imunidade que lhe garante o seu estatuto de antigo vice-presidente (setembro de 2012 – setembro de 2017). Os restantes arguidos do processo (Figueira, assim como Paulo Blanco, advogado de Vicente, e Armindo Pires, seu sócio) foram considerados inocentes ou receberam penas suspensas, desincentivando-os de entregar provas incriminatórias contra Vicente.

O maior risco que Vicente enfrenta é o (altamente improvável – inferior a 20 por cento) de o Ministério Público português conseguir convencer o general Kopelipa a colaborar, talvez garantindo proteção aos seus investimentos em Portugal em troca de informações sobre as alegadas operações de branqueamento de capitais de Vicente

naquele país. Kopelipa está a ser, lentamente, secundarizado pelo governo de Lourenço no que diz respeito às suas responsabilidades na coordenação do aparelho de segurança. Além disso, vários contactos dão-no como possuidor de dupla nacionalidade portuguesa e angolana, o que, potencialmente, conferiria às autoridades portuguesas maior capacidade de influência sobre ele do que sobre o general Dino.

O governo português Português atualmente no poder não se sente muito incentivado a antagonizar ainda mais as autoridades angolanas reabrindo estes processos, ou abrindo novos inquéritos a figuras de topo do MPLA, sobretudo após a recente normalização das relações entre os dois países. Este cenário poderá alterar-se depois das eleições legislativas de 2019 (que deverão realizar-se o mais tardar até 14 de outubro), se o PS (Partido Socialista) alcançar a maioria. Neste momento, os socialistas lideram confortavelmente as sondagens, tendo o partido assumido uma atitude muito mais dura do que outros em relação à corrupção angolana, em particular através da sua eurodeputada, Ana Maria Gomes.

Perfil de Manuel Vicente e do ‘Triunvirato’ de Angola

Durante o anterior governo, Manuel Vicente, o general Kopelipa e o general Dino eram os principais influenciadores políticos e os agentes económicos mais poderosos de Angola. Tinham um acesso sem paralelo e comportavam-se como os principais guardiões da presidência face a outras estruturas governamentais e ao MPLA. Os três integravam o conselho consultivo presidencial, o Conselho da República, na qualidade de ministros de Estado. O Conselho da República funciona como um executivo secreto, cuja autoridade se sobrepõe efetivamente à do Conselho de Ministros oficial. Todos os investimentos estrangeiros acima dos 50 milhões de dólares necessitam da aprovação do Conselho da República, o que coloca os responsáveis da presidência numa posição de grande influência no que diz respeito à adjudicação de contratos. Mais influente ainda é o organismo conhecido pela designação Casa de Segurança, outrora denominado Casa Militar, anteriormente chefiado pelo general Kopelipa.

Juntos, os membros do ‘Triunvirato’ controlavam, a operadora de telecomunicações móveis Movicel, a Nazaki Oil (uma empresa de fachada local que tinha *joint ventures* com numerosas companhias petrolíferas estrangeiras), o distribuidor de combustível Pumangol (que tem uma *joint venture* com a Trafigura), as empresas de comunicação TV Zimbo e Media Nova, a concessão de diamantes de Lumanhe e a cadeia Supermercados Kero. A Damer Indústria, a sua *holding* criada em 2010, figurava como acionista de muitas das principais indústrias de Angola e não só. A Portmill, empresa de investimento, também possuía uma importante participação no banco BESA. Os três tinham ainda uma participação importante no setor da construção, exercendo uma influência considerável na adjudicação de projetos e na realização de concursos públicos. O general Kopelipa dirigiu o já extinto gabinete de reconstrução, GRN, o que lhes permitia exercer uma influência considerável no setor da construção, em especial no que se referia aos negócios com os chineses. Além disso, controlavam a Delta Imobiliária, uma filial da Sonangol responsável pela comercialização de projetos de habitação social como o projeto da Kilamba, em Luanda.

Todos os elementos do trio foram objeto de investigações criminais em Portugal por suspeita de evasão fiscal e branqueamento de capitais. Todos negaram estas acusações. A Cobalt International Energy, sediada nos EUA, também tem estado sob investigação pelas autoridades dos Estados Unidos devido às suas ligações com o trio.

As ligações de Vicente à Sonangol e à China Sonangol irão, provavelmente, proteger as suas consideráveis participações económicas e torná-lo uma das personalidades mais influentes da política angolana.

Vicente foi presidente do Conselho de Administração da Sonangol entre 1999 e 2011. De janeiro a setembro de 2012, dirigiu o já extinto superministério da Coordenação Económica, a fim de ganhar experiência no executivo. Embora a sua promoção à vice-presidência tivesse sido, inicialmente, interpretada como uma indicação de que seria ele o eventual sucessor do presidente José Eduardo dos Santos, tal nunca veio a concretizar-se. Politicamente, Vicente permanece um ‘peso-leve’, já que passou a integrar o Comité Central do MPLA relativamente tarde e não dispõe de credenciais como combatente nas guerras civil e de libertação. A sua nomeação para a vice-presidência foi uma decisão impopular no interior do MPLA.

A manutenção de Vicente como conselheiro influente do novo governo é um cenário credível. O seu capital de influência na política económica angolana continua a ser decisivo e, enquanto vice-presidente, desempenhou um papel cada vez mais diplomático, tornando-se, como disse uma fonte, ‘o rosto de Angola’.

Vicente está intimamente ligado aos interesses da Sonangol e da China Sonangol e CIF, o que protegerá as suas consideráveis participações económicas e garantirá a sua posição de principal guardião do setor da construção, sobretudo no tocante a projetos relacionados com a Sonangol. Foi ainda coproprietário e dirigiu a operadora de telecomunicações móveis Lintel, juntamente com Isabel dos Santos e integrou o conselho de administração da empresa portuguesa, Galp Energia e do Banco Africano de Investimentos de Angola.

O elogiado posicionamento anticorrupção do presidente João Lourenço é mais revelador das suas tentativas para desmontar a rede de influências de José Eduardo dos Santos e fortalecer o seu poder absoluto sobre as instituições políticas de Angola do que um sinal de esforços reformadores significativos.

A integração de Vicente no governo, apesar da sua manchada reputação dá uma ideia da extensão da campanha anticorrupção encetada por Lourenço, cuja execução é controlada pelo novo procurador-geral da república, Helder Pitta Grós. O inquérito realizado até ao momento visou sobretudo os interesses da família dos Santos. Entretanto, os colaboradores mais próximos de José Eduardo dos Santos, como Vicente, foram cooptados para o novo governo. Outros, como Helder Vieira Dias ‘Kopelipa’ e Leopoldino Fragoso do Nascimento ‘Dino’, são considerados demasiado poderosos para serem objeto de investigação -

A campanha anticorrupção lançada pelo novo presidente João Lourenço parece ter atingido o seu ponto culminante, pelo que é pouco provável que as investigações se alarguem a outras figuras.

O tão propalado posicionamento anticorrupção do presidente João Lourenço é mais revelador das suas tentativas para desmontar a rede de influências de José Eduardo dos Santos e fortalecer o seu poder absoluto sobre as instituições políticas de Angola do que um sinal de esforços reformadores significativos.

Consequentemente, o chamado período de estado de graça em matéria de reformas deverá terminar com o afastamento de José Eduardo dos Santos da presidência do MPLA e a subordinação do que resta dos seus leais seguidores, quer no partido, quer no governo angolano.

Apesar dos primeiros indícios de uma ligeira recuperação económica, crescem os receios relacionados com a sustentabilidade da dívida de Angola e a acumulação de pagamentos em atraso a empresas estrangeiras, que são exacerbados pela inflação elevada e por uma moeda sobrevalorizada.

Quando assumiu o poder, em setembro de 2017, Lourenço herdou uma economia extremamente débil. A situação devia-se à conjugação de uma má administração económica generalizada com a incapacidade de diversificar a economia e evitar a sua dependência do petróleo antes da queda dos preços do petróleo, em 2014. De acordo com o Orçamento Geral do Estado para 2018, o pagamento da dívida representa, atualmente, 52 por cento da despesa, o que, segundo o Ministério das Finanças, constitui um aumento em relação aos 32 por cento de 2017. O total da dívida ascende, atualmente, a 64 por cento do PIB.

O Orçamento Geral do Estado para 2018 prevê um défice orçamental de 2,9 por cento do PIB, com base no pressuposto de uma taxa real de crescimento do PIB de 4,9 por cento e num preço do petróleo de 50 dólares por barril. Refira-se que estes pressupostos de crescimento são consideravelmente mais altos do que as previsões do FMI, que apontam para uma taxa real de crescimento do PIB de 1,6 por cento, para 2018, 1,4 por cento, para 2019 e 1,5 por cento, para 2020. As estimativas do FMI para 2018 no que diz respeito a necessidades líquidas de financiamento são de 5,5 por cento do PIB. Segundo dados do Banco Central, as reservas líquidas de divisas estrangeiras de Angola desceram para 12 986 mil milhões de dólares, em junho, o que representa uma queda significativa em relação aos 23 mil milhões de dólares do início de 2017.

Em fevereiro de 2018, o governo havia acumulado um total de 5 mil milhões de dólares de pagamentos em atraso a empresas internacionais, incluindo 500 milhões de dólares de receitas devidas a companhias aéreas a operar em Angola (embora o governo esteja a regularizá-las lentamente, como aconteceu depois da queda dos preços do petróleo, em 2008/9). Em Angola, continuam a verificar-se enormes atrasos nos pagamentos a trabalhadores expatriados no país, bem como escassez de produtos importados (como peças para automóveis e outro equipamento técnico, por exemplo) devido à inexistência de serviços de liquidação e compensação interbancária a par do dólar. Tal deve-se ao repetido fracasso de Angola em obedecer à regulamentação norte-americana em matéria de branqueamento de capitais, o que levou bancos como o Standard Bank a suspenderem os serviços de compensação ou liquidação no mercado angolano (receando a aplicação de multas pelos reguladores norte-americanos).

A inflação é outro problema grave, embora se verifique uma lenta diminuição. Segundo o *Instituto Nacional de Estatística* de Angola, a taxa de inflação média anual em junho foi de 24,9 por cento, uma descida em relação aos 25,9 por cento registados no mês anterior. Os preços dos bens essenciais (como o arroz), que são produtos alimentares básicos importados, subiram de forma significativa.

Entretanto, a moeda angolana continua extremamente sobrevalorizada (foi a quarta moeda mais sobrevalorizada ao nível mundial, em fevereiro de 2018). A cotação do Banco Central é, presentemente, 268 AOA para 1 dólar. No Mercado negro de Luanda, a cotação atual é 375 AOA para 1 dólar. A política seguida por José Massano, o governador do Banco Central, passa pela flexibilização da paridade cambial da moeda angolana em relação ao dólar, permitindo uma flutuação dentro de um diferencial não especificado tendo como referência um cabaz composto pelo euro e o dólar. Assistimos já a depreciações controladas, em janeiro e em abril de 2018, mas é pouco provável que Massano permita uma flutuação livre da moeda num cenário a seis meses.

O agravamento das taxas de criminalidade em centros urbanos como Luanda como corolário da atual situação financeira do país tem sido amplamente noticiado nos meios de comunicação. Embora a taxa de criminalidade nas cidades em causa se mantenha superior à verificada na maioria das capitais europeias, permanecem num patamar significativamente mais seguro do que outros núcleos urbanos da região como Joanesburgo. Com base nos dados disponibilizados pelos serviços de informações locais, capitais provinciais como Cabinda, Malanje, Namibe Huambo, Benguela e Lubango continuam a ser consideradas muito seguras tendo em conta os padrões ocidentais, com poucos ou nenhuns casos de criminalidade, que visam sobretudo os expatriados.

Não obstante a grave situação económica verificada em setembro de 2017, muitos indícios apontam no sentido de uma lenta consolidação da economia. Os contactos preveem uma descida da inflação para cerca de 18 por cento, em 2019, e a nomeação, por João Lourenço, de vários tecnocratas competentes (como Massano), juntamente com a sua campanha anticorrupção têm contribuído para tranquilizar os investidores internacionais. Alguns sinais adicionais de retoma são visíveis no recente entusiasmo com que as obrigações foram recebidas (de que é exemplo os 3 mil milhões de dólares em emissões de dívida pública angolana em “eurobonds”, no passado mês de maio, que registou uma procura total de 9 mil milhões de dólares).

ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO DE INFRAESTRUTURAS

Muitos dos projetos herdados por João Lourenço continuam a apresentar riscos significativos de corrupção e em termos de reputação, podendo também contribuir para alterações ou resoluções de contratos com pouca antecedência.

O governo angolano está a preparar um vasto programa de expansão das infraestruturas como forma de relançar a economia em dificuldades. Este contribuiria, provavelmente para criar novas oportunidades de corrupção no seio da nova facção dominante do MPLA. O governo angolano está atualmente a negociar com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC na sigla inglesa) a concessão de uma nova linha de 11,7 mil milhões de dólares que deverão ser canalizados para projetos de infraestruturas. Os termos do acordo do empréstimo a celebrar poderão estar definidos já em setembro, estando igualmente em curso negociações com bancos estatais chineses com vista à concessão de outros empréstimos.

O novo aeroporto internacional de Luanda é a obra de maior importância. Em construção desde 2009, este projeto sucessivamente adiado foi retirado ao China International Fund (CIF), em outubro de 2017, por “razões de ordem técnica, operacional e financeira”. O contrato de construção foi, depois, atribuído a outra obscura entidade chinesa denominada VIK. O Mace Group é o responsável pela gestão do projeto desde 2015. Neste momento, 60 por cento da obra do aeroporto encontra-se executada e a estimativa dos custos envolvidos ascende já aos 6 mil milhões de dólares (o contrato original com a CIF era de 3,8 mil milhões de dólares). O empréstimo do ICBC proposto destinar-se-ia ao pagamento de 85 por cento do valor do contrato para o projeto, construção e conclusão do novo aeroporto.

As mudanças introduzidas por Lourenço não constituem uma tentativa para evitar a dependência das construtoras chinesas: a obra do novo aeroporto de Cabinda está a cargo da China Railways Construction Corporation Ltd. (CRCC). Destina-se, antes, a enfraquecer a base de poder do ‘Triunvirato’ – generais Kopelipa e Dino e Manuel Vicente. Kopelipa, em particular, tem estado fortemente envolvido na atribuição de grandes projetos de infraestruturas ao CIF, desde 2004, e os três têm ligações estreitas com o CIF no plano financeiro através das respetivas participações no Grupo DT.

Uma fonte ligada à Western Engineering, em Luanda, referiu: *“O novo aeroporto é um dos maiores exemplos de grande corrupção em Angola no período pós-conflito em Angola. Chegámos mesmo a ouvir rumores de que os chineses estariam a extrair diamantes clandestinamente num dos estaleiros de obra. Os atrasos e derrapagens orçamentais deste projeto são obscenos, e sabe-se que quem mais lucra com esta situação são os mesmos personagens de sempre, incluindo figuras do círculo mais próximo de José Eduardo dos Santos.”*

Embora se afigure que o presidente Lourenço controlará este projeto mais de perto do que dos Santos, a fim de minorar desorientações passadas e, muito provavelmente, assegurar a sua conclusão em 2020, a associação a este projeto apresenta riscos significativos de corrupção e de alteração de contratos.

Diversos outros projetos de infraestruturas de grandes dimensões criam novas oportunidades de corrupção. Em julho do corrente ano, João Lourenço revogou a adjudicação de quatro grandes contratos de infraestruturas a empresas ligadas a Isabel dos Santos, como a Atlantic Ventures. Os projetos em causa incluem o Projeto Marginal da Corimba, avaliado em 700 milhões de dólares; o projeto do Porto da Barra do Dande, um investimento de 1,5 mil milhões de dólares; o projeto de construção da Barragem hidroelétrica de Caculo-Cabaça, orçado em 4,5 mil milhões de dólares; e Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda (PDGML, um investimento de 15 mil milhões de dólares. As razões invocadas para estas revogações (quer publicamente, quer em privado) podem constituir um incentivo para os investidores internacionais: ausência de um concurso público conduzido de forma transparente, preocupação com o envolvimento de Pessoas Politicamente Expostas (PPE) e dúvidas suscitadas pelo desempenho anterior (ou ausência do mesmo) dos proponentes vencedores nos setores em causa.

À semelhança do que sucedeu com o aeroporto, a reafecção da gestão destes projetos poderá servir para melhorar a eficiência da construção e, eventualmente, reduzir a corrupção, ainda que sejam decisões que, em última instância, terão uma motivação política. Todos continuam a apresentar riscos significativos de corrupção e em termos de reputação para os empreiteiros envolvidos. De salientar ainda que, quando era ministro da Defesa, (2014-2017) Lourenço se opôs vivamente à construção de um porto de águas profundas no enclave de Cabinda. Segundo ele, a infraestrutura tornaria o enclave ainda mais autossuficiente e, dessa forma, poderia encorajar os apelos à independência dos grupos separatistas existentes na região (entre eles, a guerrilha separatista FLEC). Sempre deixou clara a sua preferência pela manutenção Cabinda na dependência do porto de Soyo. É, por isso, pouco provável que Lourenço dê prioridade à conclusão eficiente (ou à boa gestão) deste porto sobre outros projetos de infraestruturas que estejam previstos.

Muitos dos projetos herdados por João Lourenço continuam a apresentar riscos significativos de corrupção e em termos de reputação, podendo também contribuir para alterações ou resoluções de contratos com pouca antecedência.

AValiação do primeiro ano do mandato de João Lourenço

O Presidente Lourenço possui um elevado índice de aprovação e as suas políticas anticorrupção gozam de grande aceitação popular no plano interno. Ao mesmo tempo, as novas liberdades de imprensa estão a promover um debate político mais amplo em Angola.

O índice de aprovação de Lourenço em Angola é muito elevado ao fim de menos de um ano de mandato. O seu combate à corrupção tem sido extremamente bem aceite pela opinião pública, tendo-lhe valido as alcunhas

“Bulldózer” e “Terminator” nas ruas de Luanda e na imprensa angolana, cujos profissionais podem, pela primeira vez em muitos anos, exercer abertamente a sua profissão.

A 6 de julho, uma juíza do Tribunal Provincial de Luanda absolveu o conhecido ativista Rafael Marques, acusado de crimes de “ultraje ao órgão de soberania e ultraje ao poder público”, no seguimento da publicação de um artigo sobre alegada corrupção do Procurador-Geral da República. A juíza Josina Ferreira Falcão afirmou: *“Este tribunal acredita que, enquanto sociedade que deseja evoluir, estaremos a ter um mau desempenho se punirmos os portadores de más notícias”*, aparentemente abrindo a porta para a realização de mais investigações a casos de corrupção por parte dos meios de comunicação independentes de Angola.

Lourenço tem desfeito, sistematicamente, monopólios que, segundo ele, podem ter um impacto negativo na economia angolana, incluindo os relacionados com a prospeção diamantífera, a importação de combustíveis refinados e as indústrias do cimento, em detrimento de interesses estabelecidos. Está também a desenvolver um grande esforço para fortalecer a SADC e incentivar uma integração regional mais ampla com base em medidas como a simplificação do regime de vistos.

As suas políticas económicas estão em conformidade com o Relatório da Missão de Consulta do FMI realizada ao abrigo do Artigo IV, publicado em março de 2018. Dignas de nota foram as seguintes conclusões positivas: *“A economia angolana está a observar uma ligeira recuperação económica. A nova administração está, corretamente, a concentrar-se na restauração da estabilidade macroeconómica e na melhoria da governação...A médio prazo, as perspetivas são de uma recuperação gradual da atividade económica.”*

Embora a presidência de João Lourenço deva representar uma melhoria significativa da governação e em Angola, o presente relatório tem relutância em ir tão longe como alguns comentadores políticos, que o veem como uma força democratizadora da política angolana.

O MPLA tem tomado medidas no sentido de uma renovação interna, a fim de assegurar a sua sobrevivência. Nas eleições legislativas de 2017, o partido obteve os piores resultados desde o fim da guerra civil, em 2002, conquistando apenas 61,08 por cento dos votos e perdendo a maioria na capital, Luanda, o seu reduto político. Verificaram-se também acusações generalizadas de irregularidades eleitorais.

Em setembro de 2018, Lourenço assumirá a liderança do MPLA, neutralizando, assim, um dos últimos mecanismos de influência sobre ele ao dispor de José Eduardo dos Santos. Parece-nos correto afirmar que a presidência de João Lourenço até à data tem sido caracterizada por uma liberalização económica parcial e uma melhoria na eficiência, conjugadas com um ímpeto anticorrupção politizado, seletivamente direcionado para os interesses da família dos Santos.

Foram tomadas poucas medidas para reforçar as instituições democráticas ou garantir a aplicação, de forma uniforme, do Estado de direito. Os críticos de João Lourenço dão os seguintes exemplos como prova das suas credenciais não democráticas. A 20 de outubro de 2017, Lourenço exonerou Carlos Aires da Fonseca Panzo do cargo de secretário para os Assuntos Económicos, na sequência de uma investigação sobre suspeitas de branqueamento de capitais conduzida pela Procuradoria Federal suíça. Todavia, Manuel Vicente continua a beneficiar de um nível de proteção elevado, para garantir que não é acusado de branqueamento de capitais em Portugal. Em janeiro, Lourenço foi ao ponto de afirmar que as relações bilaterais com Portugal vão *“depender muito”* de uma resolução

aceitável do caso (isto é, da aquiescência de Portugal às exigências de Angola). Trata-se de uma continuação direta da tática utilizada pelo presidente José Eduardo dos Santos. Este anunciou o fim da “parceria estratégica” de Angola com Portugal num discurso sobre o Estado da Nação, em 2013, devido à abertura de inquéritos, pela Procuradoria-Geral da República portuguesa, por indícios de branqueamento de capitais por parte de cidadãos angolanos.

A escolha de João Lourenço de algumas figuras para ocuparem cargos de relevo na estrutura governativa tem suscitado acusações de nepotismo. Entre elas, está a nomeação do seu primo, o general Eugénio Laborinho, para o cargo de governador da Província de Cabinda. Além disso, em agosto, o Supremo Tribunal do Reino Unido não renovou o congelamento de fundos da Quantum Global devido à não apresentação, pelo governo angolano, de documentação que comprovasse a prática de atos ilícitos pelos gestores de ativos. O mais provável é que se tenha tratado de uma decisão política deliberada do governo angolano e não de um lapso.

Em maio, jornalistas de investigação angolanos difundiram a informação de que o irmão de Lourenço (general Sequeira João Lourenço) fazia parte de um consórcio - Air Connection Express - que estaria a tentar assumir a operação de voos domésticos da TAAG, beneficiando de uma garantia soberana de 200 milhões de dólares.

Em nosso entender, João Lourenço não se encontra, neste momento, numa posição suficientemente forte que lhe permita visar diretamente o ‘Triunvirato’ constituído pelos generais Kopelipa e Dino e Manuel Vicente, por muito que o queira. Segundo algumas fontes, terá sido fortemente pressionado pelo Comité Central do MPLA e por outros membros influentes do partido no sentido de impedir que Portugal levasse Manuel Vicente a julgamento, já que isso constituiria um precedente perigoso para alguns dos mais destacados políticos e empresários de Angola.